

## DIREITO CONSTITUCIONAL:

1 – A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, estabelece os fundamentos da República Federativa do Brasil. Qual das alternativas abaixo expressa tais fundamentos:

- a) soberania, solução pacífica dos conflitos e cidadania;
- b) cidadania, pluralismo político e autonomia;
- c) dignidade da pessoa humana, pluralismo político e cidadania;
- d) valores sociais do trabalho, livre iniciativa e a concessão de asilo político;
- e) soberania, cidadania e independência nacional.

2- Constitui o fenômeno da DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO:

- a) a retirada do nosso ordenamento jurídico de normas constitucionais, pelo advento de emendas revogadoras;
- b) a admissão de normas infraconstitucionais pelo novo ordenamento jurídico, desde que compatíveis com a nova ordem instituída;
- c) a possibilidade de uma norma constitucional revogada voltar a ter vigência, em face da revogação da norma revogadora;
- d) a situação jurídica em que normas constitucionais anteriores, desde que compatíveis com a nova ordem, permanecem em vigor, mas com *status* de lei infraconstitucional;
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

3 – No que se refere aos direitos e garantias individuais constantes do artigo 5º do Texto Magno, NÃO podemos afirmar que:

- a) por se tratar de cláusula pétrea, não há exceção ao princípio do livre acesso ao judiciário, também denominado de princípio da indeclinabilidade da jurisdição, previsto no inciso XXXV;
- b) a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei;
- c) não há possibilidade de instituição de penas de caráter perpétuo;
- d) o preso deverá ter assegurado o respeito a sua integridade física e moral;
- e) não há possibilidade de instituição de Tribunal de Exceção.

4 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) a capacidade eleitoral ativa é a possibilidade de eleger-se e concorrer a mandato eletivo;
- II) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios aos maiores de 18 e menores de 70 anos de idade;
- III) o militar é alistável e elegível, e no caso de conscritos, será agregado pela autoridade superior;
- IV) a idade mínima para ocupar o cargo de Deputado Distrital é de 25 anos.

- a) C, E, C, E.
- b) C, C, E, E.
- c) E, C, E, E.
- d) E, C, C, C.
- e) C, C, C, E.

5 – No que se refere às ações constitucionais previstas na Carta Política de 1988, podemos afirmar:

- a) O *habeas data*, introduzido pela Constituição Federal de 1946, tem, dentre outras, a finalidade de assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais, ou de caráter público.
- b) O *habeas corpus* tutela a liberdade de locomoção e compete aos Tribunais Superiores o seu processamento e julgamento.
- c) A Ação Civil Pública visa a proteção ao patrimônio público e social e somente poderá ser promovida pelo Ministério Público Federal ou Estadual..

d) A Ação Popular poderá ser promovida por qualquer associação de classe, com o objetivo de anular ato lesivo ao patrimônio público ou à entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

e) O mandado de segurança poderá ser manejado para tutelar direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando a ilegalidade for praticada por dirigente de instituição privada de ensino superior, no exercício de atribuições do Poder Público.

6 – No âmbito da disciplina constitucional vigente, é admitida a extradição:

a) somente de estrangeiros, na hipótese da prática de crime de opinião;

b) somente de brasileiros natos e estrangeiros, em virtude do envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

c) de brasileiros naturalizados, no caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

d) somente de brasileiros naturalizados, em face de crime comum, qualquer que seja a data da prática do delito;

e) somente de brasileiros natos, em face de crime praticado contra autoridade estrangeira.

7 – A Intervenção Federal poderá ser decretada nas hipóteses abaixo, EXCETO:

a) repelir invasão estrangeira;

b) prover a execução de lei municipal;

c) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;

d) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

e) assegurar a observância do princípio constitucional da autonomia municipal.

8 – NÃO constitui hipótese de perda de mandato de Deputados e Senadores na Constituição Federal vigente:

a) procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar;

b) deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

c) que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

d) quando a Justiça Eleitoral o decretar;

e) Nenhuma das respostas anteriores.

9 – Acerca do Processo Legislativo estabelecido na Constituição Federal de 1988, NÃO é correto afirmar que:

a) as leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta;

b) é vedada a edição de Medida Provisória que disponha sobre Direito Processual Civil;

c) são de iniciativa privativa do Presidente da República as propostas de instituição dos regimentos internos das Casas do Congresso Nacional;

d) para derrubar o veto do Presidente da República são necessários os votos da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto;

e) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.

10 – Nossa Carta Política estabelece, de forma taxativa, os requisitos materiais e formais de alteração de seu texto, através de Emenda Constitucional. Assim, qual alternativa que, dentre as proposições abaixo, adequa-se ao regime jurídico das Emendas Constitucionais?

a) a instituição de monarquia;

b) a aprovação por maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional;

c) a abolição da Separação dos Poderes;

d) a extinção dos direitos e garantias individuais;

e) a aprovação na vigência de estado de defesa.

11 – Os magistrados brasileiros gozam de garantias constitucionais. Qual afirmativa abaixo expressa, de forma CORRETA, uma dessas garantias:

a) vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após 03 (três) anos de exercício no cargo;

- b) inamovibilidade, em qualquer situação funcional;
- c) irredutibilidade de subsídio, obedecidos os limites constitucionais;
- d) somente inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio;
- e) irredutibilidade incondicional de subsídio.

12 – Acerca da Emenda Constitucional nº 45/04, considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) estabeleceu a previsão de controle externo da Magistratura, a ser realizado pelo Conselho da Justiça Federal;
- II) introduziu em nosso ordenamento jurídico a Súmula Vinculante;
- III) fixou novas regras para a Justiça Militar;
- IV) ampliou as hipóteses de intervenção federal.

- a) C, E, C, E.
- b) C, C, E, E.
- c) E, C, E, E.
- d) E, C, C, C.
- e) E, E, C, C.

13 – Quanto ao Conselho Nacional de Justiça, é FALSO afirmar:

- a) é órgão integrante do Poder Judiciário;
- b) é presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal que o integra;
- c) tem a atribuição de efetuar o controle da atuação administrativa, financeira e, eventualmente, jurisdicional, de todos os órgãos do próprio Poder Judiciário;
- d) é composto de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.
- e) seus membros são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

14 – Quanto ao Controle de Constitucionalidade no Brasil, é CORRETO afirmar:

- a) somente se admite a ocorrência do controle de constitucionalidade realizado pelos órgãos integrantes do Poder Judiciário;
- b) o controle repressivo realizado pelo Poder Judiciário poderá ser difuso ou concentrado;
- c) os efeitos da declaração de constitucionalidade no controle difuso será sempre “*ex tunc*”.
- d) um Senador da República poderá propor, junto ao Superior Tribunal de Justiça, uma Ação Declaratória de Constitucionalidade;
- e) a Reclamação é instrumento processual, a ser proposta junto ao Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de ver declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

15 – Qual das afirmativas abaixo está INCORRETA:

- a) a Constituição Federal de 1988 não previu a competência dos Juízes Federais para apreciar e julgar as causas relativas a acidentes do trabalho;
- b) as sociedades de economia mista não possuem foro privativo federal;
- c) as causas que versarem sobre servidores celetistas federais inserem-se na competência da Justiça Federal;
- d) ao lado da União e de suas entidades autárquicas, têm juízo privativo federal as empresas públicas federais;
- e) as fundações federais têm foro privativo na Justiça Federal.

16 – Inclui-se na competência da Justiça Federal:

- a) causas relativas a acidentes do trabalho;
- b) demandas em que as sociedades de economia mista forem partes;
- c) causas que versarem sobre falência;
- d) litígios em que as autarquias federais figurarem como réis;

e) causas em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.

17 – Compete aos Juízes Federais processar e julgar:

- a) em qualquer hipótese, as causas relativas a direitos humanos;
- b) os crimes comuns federais praticados pelos Governadores de Estado;
- c) as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- d) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
- e) os crimes políticos.

18 – Qual das alternativas abaixo NÃO constitui vedação a membros do Ministério Público:

- a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b) exercer o magistério em instituição de ensino particular, desde que haja compatibilidade de horário;
- c) exercer a advocacia;
- d) exercer atividade político-partidária;
- e) receber auxílios ou contribuições de pessoas físicas.

19- Quanto ao Estado de Defesa, qual das medidas abaixo NÃO poderá ser decretada:

- a) a incomunicabilidade do preso;
- b) restrição ao direito de reunião;
- c) restrição ao sigilo de correspondência;
- d) restrição ao sigilo de comunicações telefônicas;
- e) ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos.

20 – No Estado de Sítio poderá ser decretada a seguinte medida:

- a) busca e apreensão no Congresso Nacional;
- b) decretação de pena de trabalhos forçados;
- c) prisão perpétua dos perturbadores da paz pública;
- d) busca e apreensão em domicílios;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO ADMINISTRATIVO:

21 - O Processo Administrativo é regido pelos princípios abaixo relacionados, SALVO:

- a) legalidade;
- b) razoabilidade;
- c) proporcionalidade;
- d) oportunidade;
- e) eficiência.

22 – De acordo com a Lei nº 9.784/99, é correto afirmar:

- a) a Administração tem a faculdade de anular seus próprios atos, quando ilegais;
- b) a revogação de atos administrativos constitui exercício do poder vinculado por parte da Administração;
- c) não há possibilidade de convalidação de atos administrativos, pois deles sempre originam-se lesão ao interesse público;
- d) a revogação de atos administrativos deve respeitar os direitos adquiridos;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

23 – A Lei nº 8.666/93 estabelece as seguintes modalidades de licitação, SALVO:

- a) concorrência;
- b) pregão;
- c) tomada de preços;
- d) convite;
- e) leilão.

24 – Qual das afirmativas abaixo não se coaduna com os princípios e normas aplicáveis ao regime jurídico dos contratos administrativos:

- a) suas cláusulas deverão estar vinculadas ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
- b) admite alterações unilaterais pela Administração ou por acordo das partes;
- c) o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- d) havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial;
- e) a duração máxima permitida é de 48(quarenta e oito) meses.

25 – Quanto aos servidores públicos, podemos afirmar:

- a) são estáveis após 02 (dois) anos de efetivo exercício;
- b) o servidor não-estável somente poderá perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- c) o servidor estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial recorrível;
- d) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço;
- e) o servidor ocupante do cargo de Defensor Público da União receberá a sua retribuição mensal em parcela única denominada subsídio.

26 – O servidor público federal poderá ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, na seguinte hipótese:

- a) por 02 (dois) dias consecutivos, para doação de sangue;
- b) por 01 (um) dia, para alistar-se como eleitor;
- c) por 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- d) por 08 (oito) dias consecutivos, em razão de falecimento de cônjuge;
- e) por 15 (quinze) dias consecutivos, em face de nascimento de filho.

27 – Caracteriza sanção disciplinar imposta ao servidor público:

- a) exoneração;
- b) vacância;
- c) demissão;
- d) reversão;
- e) disponibilidade.

28 – Qual afirmativa abaixo é CORRETA:

- a) o poder discricionário é aquele em que o legislador estabelece todos os requisitos do ato, não cabendo ao administrador a apreciação quanto a sua conveniência e oportunidade;
- b) o poder vinculado é aquele em que a lei deixa alguns requisitos do ato para serem apreciados pelo administrador;
- c) o poder normativo ou regulamentar é aquele em que a lei confere ao administrador a prerrogativa para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas que contratam com a Administração;
- d) poder disciplinar é aquele em que a Administração exerce a faculdade de editar leis, cujos efeitos atingem, apenas, os seus servidores;
- e) poder de polícia é aquele em que o legislador concedeu à Administração a prerrogativa de condicionar o exercício dos direitos individuais ao bem-estar coletivo.

29 – A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, § 6º, assim dispõe:

*“As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa”.*

Neste caso, o legislador constituinte estabeleceu:

- a) a irresponsabilidade do Estado e a responsabilidade subjetiva do agente público;
- b) a responsabilidade objetiva do Estado e a responsabilidade subjetiva do agente público;
- c) a responsabilidade subjetiva do Estado e do agente público;
- d) a responsabilidade objetiva do Estado e do agente público;
- e) a responsabilidade subjetiva do Estado e a responsabilidade objetiva do agente público.

30 – Acerca do regime jurídico trabalhista, no âmbito de Administração Pública, podemos afirmar:

- a) o regime celetista rege somente as relações de trabalho dos empregados que laboram nas sociedades de economia mista;
- b) o regime estatutário, instituído pela Lei nº 8.112/90, aplica-se a todos os servidores públicos dos vários entes da Federação;
- c) o regime celetista não disciplina as relações de trabalho na Administração;
- d) o regime estatutário, introduzido pela Lei nº 8.112/90, rege as relações de labor de todos os trabalhadores das empresas públicas federais;
- e) o regime celetista disciplina também as relações trabalhistas dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

DIREITO CIVIL:

31 – Nos termos do art. 212 do Código Civil Brasileiro, salvo o negócio jurídico a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante confissão, documento, testemunho, presunção, perícia. O dispositivo em questão consagra o princípio:

- a) da aquisição da prova;
- b) do compartilhamento da prova;
- c) da liberdade da prova;
- d) da vedação à prova ilicitamente obtida;
- e) do livre convencimento do juiz.

32 – Assinale a assertiva CORRETA:

- a) cuidando-se de obrigação indivisível, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários não aproveita aos demais;
- b) é admissível a renúncia à decadência fixada em lei em qualquer hipótese;
- c) aplicam-se à decadência as regras que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição;
- d) é cabível a renúncia à decadência convencional;
- e) deverá ser sempre expressa a renúncia à prescrição.

33 – Considere as afirmativas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) os direitos da personalidade são, em qualquer hipótese, intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- II) é possível exigir a cessação da ameaça, ou da lesão, a direito da personalidade, reclamando-se também perdas e danos.
- III) em caso de falecimento do titular, terá legitimação para requerer a medida mencionada no item anterior o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- IV) às pessoas jurídicas não se aplicam os direitos da personalidade.

- a) E, C, E, E.
- b) E, C, C, E.
- c) C, C, C, E.
- d) C, C, E, E.
- e) E, C, E, C.

34 – Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) os partidos políticos;
- b) os condomínios;
- c) as administradoras de consórcio de bens duráveis;
- d) as sociedades anônimas;
- e) as organizações religiosas.

35 – A fundação não poderá ter finalidade:

- a) moral;
- b) cultural;
- c) altruísta;
- d) econômica;
- e) religiosa.

36 – Consideram-se bens móveis para efeitos de lei:

- a) o direito à sucessão aberta;
- b) os materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem;
- c) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, foram removidos para outro local;
- d) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- e) os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.

37 – Considere as afirmativas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) são fungíveis os móveis e os imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade;
- II) são consumíveis os bens móveis destinados à alienação;
- III) os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal nunca abrangem as pertencas;
- IV) consideram-se bens as coisas materiais abundantes disponíveis a todos os homens.

- a) E, C, E, E.
- b) E, E, C, C.
- c) C, C, C, C.
- d) C, C, E, C.
- e) C, E, E, E.

38 – Considere as proposições abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) são vedadas as condições que privem de todo efeito o negócio jurídico;
- II) as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas, invalidam o negócio jurídico;
- III) considera-se não verificada, quanto aos efeitos jurídicos, a condição maliciosamente obstada por aquele a quem desfavorece;
- IV) prazo é o lapso temporal compreendido entre o termo inicial e o termo final.

- a) E, E, E, C.
- b) C, E, E, C.
- c) C, C, C, C.
- d) E, C, E, C.
- e) C, C, E, C.

39 – Implica nulidade do negócio jurídico:

- a) dolo;
- b) simulação;
- c) estado de perigo;
- d) lesão;

e) fraude contra credores.

40 – Dispõe o art. 187 do Código Civil Brasileiro que *também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente aos limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes*. Dessa forma foi delimitado o instituto do(a):

- a) estado de perigo, com dolo de aproveitamento;
- b) lesão por necessidade;
- c) reserva mental;
- d) abuso de direito;
- e) estado de perigo por ofensa à função social do contrato.

DIREITO PENAL:

41 – São princípios que regem a aplicação da lei penal no espaço:

- a) da defesa ou da proteção e da nacionalidade ou personalidade;
- b) da justiça universal ou cosmopolita, da extra-atividade e da especialidade;
- c) da fragmentariedade, da extraterritorialidade e da representação ou da bandeira;
- d) da nacionalidade ou personalidade, da defesa ou da proteção e da taxatividade;
- e) da representação ou da bandeira, extraterritorialidade e da intervenção mínima.

42 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) no âmbito da análise da omissão penalmente relevante, o dever de agir incumbe somente a quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância ou a quem, através de seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado;
- b) as contravenções penais sujeitam o agente a penas de detenção e prisão simples;
- c) o crime instantâneo consuma-se numa única conduta e o seu resultado prolonga-se no tempo;
- d) os crimes habituais não admitem tentativa e nem prisão em flagrante;
- e) progressão criminosa é a evolução na vontade do agente, fazendo-o passar, num mesmo contexto, de um crime para outro em relação a bens jurídicos diversos.

43 – Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o *iter criminis* é composto das seguintes fases: cogitação, atos preparatórios e consumação;
- b) o tipo aberto é composto somente de elementos descritivos, não exigindo trabalho de complementação por parte do aplicador da regra penal;
- c) para que se caracterize a tentativa é necessário que se trate de conduta dolosa ou culposa, o agente inicie a execução do delito e não ocorra a consumação por circunstâncias alheias à sua vontade;
- d) admite-se tentativa nas hipóteses de crime habitual e de crime preterdoloso;
- e) na seara da legislação penal brasileira, é cabível a punição da tentativa como se fosse crime autônomo.

44 – O arrependimento posterior constitui-se em:

- a) causa de exclusão de tipicidade;
- b) causa de exclusão de culpabilidade;
- c) causa geral de diminuição de pena;
- d) causa justificante;
- e) causa de exclusão de condição de punibilidade.

45 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o erro incidente sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, permitindo-se a punição por crime culposos, se, para tanto, houver previsão legal;
- b) na hipótese de crime cometido em razão de erro determinado por terceiro, responde ele pelo delito perpetrado;
- c) pelo fato cometido em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico somente é culpável o autor da ordem;
- d) quando, por ineficácia absoluta do meio ou impropriedade do objeto, é impossível a consumação do crime, pune-se a conduta do agente a título de tentativa;

e) ainda que o agente tenha realizado a conduta acobertado por circunstância excludente de antijuridicidade, pune-se o agente pelo excesso culposo ou doloso.

46 – Não é requisito para caracterização do concurso de pessoas:

- a) pluralidade de condutas;
- b) participação de três ou mais pessoas;
- c) relevância causal de cada conduta;
- d) liame subjetivo entre os agentes;
- e) identidade de infração penal.

47 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

I) caracteriza-se o concurso material de crimes quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica um ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-se, então, cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja ocorrido.

II) tendo em vista o sistema trifásico para fixação da pena privativa de liberdade, o juiz deverá, na terceira fase, fazer o cômputo das agravantes e atenuantes.

III) continuidade delitiva ocorre quando o agente comete dois ou mais crimes da mesma espécie mediante mais de uma conduta, estando os delitos, porém, unidos pela semelhança de determinadas circunstâncias – tempo, modo de execução, lugar.

IV) o direito de queixa ou de representação decaie sempre no prazo de 06 (seis) meses a contar da data em que vem a ser conhecida a autoria do delito.

- a) E, E, C, E.
- b) C, E, C, E.
- c) E, C, C, C.
- d) C, C, C, E.
- e) E, C, C, E.

48 – Não se constitui em pena restritiva de direito:

- a) prestação pecuniária;
- b) prestação de serviços à comunidade;
- c) limitação de fim de semana;
- d) perda em favor da União dos instrumentos do crime;
- e) interdição temporária de direitos.

49 – NÃO constituem causas de extinção da punibilidade:

- a) anistia, graça, indulto e retratação do agente nas hipóteses admitidas em lei;
- b) morte do agente, decadência e preempção;
- c) perdão judicial nos casos previstos em lei;
- d) preempção, *abolitio criminis* e decadência;
- e) representação, prescrição e morte do agente;

50 – Considere as afirmativas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

I) é reduzido de metade o prazo de prescrição quando o criminoso era, ao tempo da sentença, menor de 21 (vinte e um) anos de idade;

II) o curso do prazo prescricional interrompe-se pela decisão confirmatória da pronúncia e pela reincidência;

III) a pena de multa prescreve em dois anos quando for a única aplicada ou cominada;

IV) a sentença concessiva de perdão judicial não é considerada para fins de reincidência.

- a) E, C, C, C.
- b) E, E, E, C.
- c) E, E, C, E.

- d) E, C, C, C.
- e) E, C, C, E.

#### DIREITO TRIBUTÁRIO:

51 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) por força do princípio da anterioridade tributária, é vedada a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.
- II) nos termos do princípio da vedação ao confisco, não se admite o exercício do poder de tributar do Estado de forma a absorver o patrimônio do sujeito passivo.
- III) o princípio da não-limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de instituição de tributos interestaduais ou intermunicipais não se aplica à União.
- IV) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem tributos sobre o patrimônio, as rendas ou serviços, uns dos outros.

- a) C, C, E, C;
- b) C, C, E, E;
- c) E, E, E, E;
- d) C, E, E, C;
- e) C, E, E, E.

52 – Está constitucionalmente autorizada a alteração, mediante ato normativo emanado do Chefe do Poder Executivo Federal, das alíquotas dos seguintes impostos:

- a) imposto de importação, exportação, renda e proventos de qualquer natureza;
- b) imposto de exportação, importação, territorial rural;
- c) imposto sobre operações financeiras, produtos industrializados, grandes fortunas;
- d) imposto de importação, exportação, produtos industrializados;
- e) imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e imposto sobre produtos industrializados.

53 – Acerca da espécie tributária contribuição de melhoria é CORRETO afirmar:

- a) cuida-se de tributo estatuído para atender a despesas extraordinárias oriundas de calamidade pública;
- b) é tributo instituído em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- c) é tributo criado para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária;
- d) tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte.
- e) objetiva prover de recursos órgãos de fiscalização profissional no sentido de empreender a sua atividade fiscalizatória e controladora.

54 – O sujeito passivo da obrigação tributária principal que tem relação pessoal e direta com a situação que constitui o seu fato gerador é:

- a) entidade tributante;
- b) substituto tributário;
- c) contribuinte;
- d) terceiro responsável;
- e) sucessor tributário.

55 – Caracteriza-se pelo recolhimento do imposto antes da ocorrência do fato gerador:

- a) compensação;
- b) parcelamento;

- c) denúncia espontânea;
- d) fato gerador presumido;
- e) consignação em pagamento.

56 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) o crédito tributário somente se extingue na forma prescrita em lei;
- II) o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser modificado em virtude de recurso de ofício;
- III) em qualquer hipótese, será de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador, o prazo para que seja o lançamento considerado homologado;
- IV) são modalidades de lançamento: de ofício, por declaração e por homologação.

- a) C, C, E, C.
- b) C, E, C, C.
- c) E, E, C, C.
- d) C, C, C, C.
- e) C, E, E, C.

57 – É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) homologação;
- b) isenção;
- c) elisão;
- d) depósito do seu montante integral;
- e) remissão.

58 – Não extingue o crédito tributário:

- a) remissão;
- b) transação;
- c) denúncia espontânea;
- d) decadência;
- e) conversão do depósito em renda.

59 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) a isenção, ainda que prevista em contrato, é sempre decorrente de lei;
- II) a isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante;
- III) a exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente.
- IV) salvo disposição de lei em contrário, a isenção é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

- a) C, E, E, E;
- b) C, C, E, E;
- c) C, E, C, C;
- d) C, E, C, E;
- e) C, C, C, C.

60 – O fenômeno considerado como a transferência do ônus tributário ao contribuinte de fato é:

- a) substituição tributária;
- b) remissão;
- c) imunidade tributária;
- d) transação;
- e) repercussão tributária.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO:

61 – É considerado, historicamente, marco legislativo inicial da Previdência Social no Brasil:

- a) Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS
- b) Consolidação das Leis do Trabalho – CLT
- c) Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo nº 4.682, de 24.01.1923)
- d) Consolidação das Leis da Previdência Social – CLPS
- e) O Decreto Legislativo nº 3.724/19.

62 – São princípios constitucionais da Seguridade Social:

- a) irredutibilidade e preservação do valor real dos benefícios apenas assistenciais;
- b) universalidade de cobertura e do atendimento, contributividade e não solidariedade;
- c) equilíbrios financeiros e atuarial e participação da comunidade;
- d) equidade na forma de participação no custeio e seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- e) não diversidade da base de financiamento e caráter democrático e centralizado da administração.

63 – A Seguridade Social compreende:

- a) a previdência social, a educação e a cultura;
- b) a previdência pública e a saúde privada;
- c) a previdência privada e a segurança alimentar;
- d) a previdência social, a saúde e a assistência social;
- e) a previdência, a educação e a assistência social.

64 – Considere as afirmativas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado) assertiva:

I) são segurados facultativos os servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior, é considerado segurado obrigatório.

III) o trabalhador avulso é segurado especial.

IV) o servidor público, ocupante de cargo em comissão, é segurado obrigatório da Previdência Social.

- a) E, C, E, C.
- b) E, E, E, C.
- c) C, C, E, C.
- d) C, C, E, E.
- e) C, E, E, C.

65 – Não se constitui em prestação da Previdência Social:

- a) salário-maternidade;
- b) auxílio-doença;
- c) auxílio-reclusão
- d) benefício assistencial devido ao idoso e ao portador de deficiência;
- e) pensão por morte.

66 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o aposentado por invalidez que retornar, voluntariamente, à atividade laborativa, continuará a receber o benefício até completar 70 (setenta) anos;
- b) a aposentadoria especial é devida ao segurado que tiver laborado com sujeição a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme disposto em lei.

- c) à segurada que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança também é devido salário-maternidade.
- d) faz jus à aposentadoria por idade o segurado que, tendo cumprido o período de carência, complete 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem, e 60 (sessenta) anos de idade se mulher.
- e) a aposentadoria por idade pode ser requerida pela empresa, desde que o segurado empregado tenha cumprido o período de carência e completado 70 (setenta) anos de idade, se do sexo masculino, ou 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se do sexo feminino, sendo, nessa hipótese, compulsória a aposentadoria.

67 – Independem de período de carência:

- a) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, em qualquer caso;
- b) aposentadoria por idade, por tempo de contribuição e especial;
- c) pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente;
- d) salário-maternidade da segurada contribuinte individual;
- e) somente pensão por morte.

68 – NÃO se constitui em salário de contribuição:

- a) a remuneração auferida em uma ou mais empresas em relação ao trabalhador avulso;
- b) a importância percebida a título de incentivo à demissão;
- c) o salário-maternidade;
- d) a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social no que tange ao empregado doméstico, observados os limites mínimo e máximo previsto na legislação previdenciária;
- e) em relação ao segurado facultativo, o valor por ele declarado, observados os limites mínimo e máximo previsto na legislação previdenciária.

69 – Analise as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) mantém a qualidade de segurado, sem estipulação de prazo, aquele que está em gozo de benefício;
- II) durante o período de graça, o segurado mantém todos os seus direitos perante a Previdência Social;
- III) mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, por até 06 (seis) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às forças armadas para prestar serviço militar;
- IV) mantém a qualidade de segurado, independentemente do recolhimento de contribuições, por até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.

- a) C, C, C, C.
- b) C, E, E, C.
- c) C, C, C, E.
- d) C, E, C, C.
- e) C, C, E, C.

70 – NÃO é considerado dependente no âmbito do Regime Geral de Previdência Social:

- a) o cônjuge;
- b) o filho inválido;
- c) o menor tutelado;
- d) o companheiro ou a companheira;
- e) os pais.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

71 – Z, comerciante do ramo de flores, foi devidamente citado numa ação de execução fiscal. Para se defender, contratou advogado. Contudo, o executado, ao apresentar embargos, deixou de assinar o instrumento de mandato. Neste caso, é correto afirmar:

- a) o juiz poderá, de ofício, extinguir o processo, sem resolução do mérito, desde logo;
- b) o juiz determinará a intimação do embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar o instrumento de mandato;
- c) O processo seguirá o rito normalmente sem qualquer prejuízo à parte;
- d) O juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanada a irregularidade processual.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

72 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O litisconsórcio necessário decorrente da incidibilidade da relação jurídica é unitário.
- b) Nas hipóteses de litisconsórcio originado de disposição de lei, é cabível julgamento não uniforme para todos os litisconsortes.
- c) Os litisconsortes serão sempre considerados, em suas relações com a parte adversária, como litigantes distintos.
- d) Em caso de litisconsórcio facultativo, o requerimento para limitação do número de litigantes importará a interrupção do prazo para a defesa.
- e) É admissível que duas ou mais pessoas litiguem conjuntamente em um processo quando as obrigações derivarem do mesmo fundamento de direito.

73 – Sobre o instituto processual da assistência, é FALSO afirmar:

- a) a assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus de jurisdição, mas o assistente ingressará no processo na fase em que se encontra;
- b) o assistente atuará como auxiliar da parte principal;
- c) o assistente exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido;
- d) sendo revel o assistido, o assistente será considerado parte na demanda;
- e) a assistência não obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou transija sobre direito controvertido; casos em que, terminado o processo, cessa a intervenção do assistente.

74 – Em relação ao instituto da litigância de má-fé, é CORRETO afirmar que:

- a) esse tipo de sanção somente se aplica de ofício pelo juiz;
- b) é necessário que haja requerimento da parte lesada;
- c) a condenação, por litigância de má-fé, consiste somente na aplicação de multa não excedente a 1% (um por cento) sobre o valor da causa;
- d) quando houver mais de um litigante de má-fé, a condenação será solidária em qualquer circunstância;
- e) o valor da indenização será, desde logo, fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.

75 – A União ajuizou ação de reparação de dano material, em face de Y, servidor do Ministério da Cultura, alegando que o mesmo teria furtado algumas impressoras pertencentes ao ente público referenciado, tendo colacionado como prova o boletim de ocorrência e cópia de todo o processo penal por crime de furto. Neste caso deverá o juiz:

- a) sobrestar o andamento da ação cível, até a decisão no processo penal;
- b) sobrestar o andamento da ação cível, até 30 (trinta) dias. Não sendo resolvido o processo penal, a ele caberá decidir a questão prejudicial;
- c) informar ao juízo criminal sobre a existência de uma ação de reparação de dano no cível;
- d) decidir a lide independentemente da criminal;
- e) aguardar a decisão criminal para dar andamento à ação cível.

76 – Acerca do instituto processual da impugnação ao valor da causa, é FALSO afirmar:

- a) será apresentada no prazo de contestação;
- b) será apresentada no prazo de 05 (cinco) dias;

- c) será autuada em apenso à ação principal;
- d) o autor será ouvido no prazo de 05 (cinco) dias;
- e) se necessário for, o juiz, sem suspender a demanda, poderá servir-se do auxílio de perito, determinando, no prazo de 10 (dez) dias, o valor da causa.

77 – Deferida a medida liminar, em sede de Mandado de Segurança, poderá o interessado, com fundamento na presença de manifesto interesse público e para evitar grave lesão à ordem pública, ingressar com:

- a) agravo de instrumento;
- b) correição parcial;
- c) incidente de suspensão de segurança;
- d) agravo retido;
- e) embargos infringentes.

78 – Marque a alternativa CORRETA:

- a) o provimento antecipatório dos efeitos da tutela poderá ser concedido de ofício pelo juiz;
- b) Se a parte autora, ao requerer antecipação de tutela, tiver prestado caução, não poderá o juiz revogar a decisão antecipatória no curso do processo;
- c) é cabível pleito de antecipação dos efeitos da tutela em sede de reconvenção;
- d) no que tange à tutela antecipada, não se aplica a disciplina relativa à tutela jurisdicional específica das obrigações de fazer e não fazer;
- e) diante do quadro probatório apresentado em juízo para conferir suporte à postulação de tutela antecipada, relativamente a diversos pedidos, o juiz somente poderá conceder a providência antecipatória se, simultaneamente, estiverem todos os pedidos suficientemente e de plano comprovados, nunca parcialmente.

79 – Na seara da defesa da parte demandada, a arguição de decadência configura:

- a) exceção dilatória;
- b) condição de procedibilidade;
- c) pedido contraposto;
- d) preliminar processual;
- e) exceção substancial.

80 – Acerca da oposição, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o pedido mediato formulado em sede de oposição há de ser obrigatoriamente a coisa ou o direito vindicado pelas partes do processo;
- b) serão os opostos citados pessoalmente para contestar a oposição no prazo de 15 (quinze) dias;
- c) a oposição, apresentada até antes da audiência, será julgada simultaneamente com a ação na mesma sentença;
- d) na hipótese de oposição ofertada após a audiência, o juiz poderá sobrestar o curso da ação por até 90 (noventa) dias, a fim de julgar ambas as lides de forma simultânea;
- e) oposição é ação incidental, proposta por alguém que não integra a lide, em face das duas partes da ação, as quais formaram litisconsórcio passivo necessário na oposição.

81 – Em sede de execução fiscal, a parte executada:

- a) Será citada para pagar o débito no prazo de 15 (quinze) dias e poderá oferecer embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias;
- b) Será intimada para pagar o débito no prazo de 15 (quinze) dias e poderá oferecer embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias;
- c) Será citada para pagar o débito no prazo de 05 (cinco) dias e poderá oferecer embargos à execução no prazo de 30 (trinta) dias;
- d) Será intimada para pagar o débito no prazo de 05 (cinco) dias e poderá oferecer embargos à execução no prazo de 30 (trinta) dias;
- e) Será citada para pagar o débito no prazo de 03 (três) dias e poderá oferecer embargos à execução no prazo de 15 (quinze) dias.

82 – Inclui-se na competência do Juizado Especial Federal Cível:

- a) ação de demarcação;
- b) ação popular;
- c) ação anulatória de lançamento fiscal;
- d) mandado de segurança;
- e) execução fiscal.

83 – Perante o Juizado Especial Federal Cível, poderá figurar como parte autora:

- a) empresa pública federal;
- b) autarquia federal;
- c) fundação pública federal;
- d) empresa de pequeno porte;
- e) união.

84 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) de acordo com a nova sistemática instituída para a regência do recurso de agravo, somente é admissível a interposição de agravo de instrumento quando a decisão recorrida for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação;
- II) o Tribunal não conhecerá ao agravo retido se a parte não postular expressamente, nas razões ou não resposta à apelação, a sua apreciação;
- III) das decisões interlocutórias exaradas em audiência caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente;
- IV) o agravo retido depende de preparo.

- a) E, C, E, C.
- b) E, C, C, E.
- c) C, E, E, E.
- d) C, C, C, E.
- e) E, E, C, C.

85 – A teor da nova disciplina conferida ao cumprimento de sentença, analise as proposições abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) do requerimento de liquidação de sentença será a parte citada, na pessoa de seu advogado, cabendo, contra a decisão que julgar a liquidação, agravo de instrumento;
- II) é provisória a execução de sentença impugnada por recurso ao qual não foi atribuído efeito suspensivo e definitiva a execução de sentença transitada em julgado;
- III) quando a sentença for composta de uma parte líquida e outra ilíquida, não é lícito ao credor promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta;
- IV) a técnica de liquidação por arbitramento é cabível quando, para determinar o valor da condenação, haja necessidade de alegar e provar fato novo.

- a) C, C, C, C.
- b) C, E, E, C.
- c) E, C, C, E.
- d) E, C, E, E.
- e) E, E, C, E.

86 - Quando a parte admite a verdade de um fato contrário ao seu interesse e favorável à parte adversa, consubstancia-se a:

- a) justificação;
- b) exibição;
- c) confissão;
- d) certificação da autenticidade;
- e) conciliação.

87 – Não é ação cautelar nominada:

- a) atentado.
- b) justificção.
- c) divisão.
- d) interpelação.
- e) alimentos provisionais.

88 – Na hipótese de citação realizada por mandado, inicia-se a fluência do prazo para contestação:

- a) da data da juntada aos autos do aviso de recebimento;
- b) da data da juntada aos autos do mandado devidamente cumprido;
- c) da data em que o citando foi cientificado do inteiro teor do mandado;
- d) da data da juntada aos autos do mandado, independentemente do seu cumprimento;
- e) da data em que o advogado da parte ré tomou ciência da juntada do mandado aos autos, devidamente cumprido.

89 – Considere as afirmativas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) em sede de ação monitória, somente pode ser deduzida pretensão versando sobre pagamento de soma em dinheiro;
- II) a ação monitória é proposta com base em prova escrita sem força executiva;
- III) contra a parte demandada em ação monitória, será expedido mandado de pagamento ou entrega de coisa no prazo de 15 (quinze) dias, podendo, no mesmo prazo, oferecer contestação;
- IV) os embargos, em sede de ação monitória, dependem de prévia segurança do juízo e são processados nos próprios autos principais.

- a) E, C, C, E.
- b) C, C, E, E.
- c) E, C, E, E.
- d) E, E, C, C.
- e) C, E, C, C.

90 – Acerca das ações possessórias, assinale a assertiva incorreta:

- a) durante a pendência da ação possessória, não é cabível a propositura de ação de reconhecimento de domínio;
- b) não é lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento da posse do autor;
- c) a propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e conceda a proteção correspondente àquela cujos requisitos restem provados;
- d) em face das pessoas jurídicas de direito público, não será deferida manutenção ou reintegração de posse sem prévia audiência de seus representantes legais;
- e) realizada justificção prévia, o prazo para contestar conta-se a partir da intimação da decisão que deferir ou não a liminar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL:

91 – São princípios informadores do processo penal:

- a) impulso oficial, fragmentariedade, ampla defesa;
- b) verdade real, contraditório, estado de inocência;
- c) publicidade dos atos processuais, reserva legal, juiz natural;
- d) extraterritorialidade, ampla defesa, personalidade;
- e) contraditório, vedação de revisão *pro societate*, ultratividade.

92 – Em relação ao Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os objetos do crime deverão acompanhar os autos do Inquérito Policial;
- b) o Inquérito Policial não é peça indispensável ao oferecimento da denúncia;
- c) ao indiciado menor, não há necessidade de nomeação de curador pela autoridade policial;
- d) o Inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 (dez) dias se o indiciado estiver preso;
- e) o Inquérito Policial tem natureza de procedimento administrativo.

93 – Considere as afirmativas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) a representação, após o oferecimento da denúncia, é sempre irretratável;
- II) o direito de representação não poderá ser exercido por meio de procurador, ainda que com poderes especiais;
- III) o destinatário da requisição do Ministro da Justiça é o órgão do Ministério Público;
- IV) a representação deverá ser dirigida ao Juiz, ao Representante do Ministério Público ou à Autoridade Policial.

- a) E, C, C, E.
- b) E, E, C, C.
- c) E, C, E, C.
- d) C, E, C, C.
- e) C, E, C, E.

94 – Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) citação é ato processual pelo qual o réu é chamado a Juízo para formalizar a acusação;
- b) carta de ordem é o ato através do qual a autoridade judicial hierarquicamente superior determina à autoridade judicial hierarquicamente inferior que pratique algum ato processual;
- c) a citação do militar é feita por intermédio do chefe do respectivo serviço;
- d) a intimação do defensor nomeado será pessoal;
- e) se o réu estiver preso será citado pessoalmente.

95 – Quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração penal, a competência será fixada pelo critério de:

- a) distribuição;
- b) desclassificação;
- c) continência;
- d) conexão;
- e) relação de causalidade.

96 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) em caso de crime contra a honra, no qual seja admitida a exceção da verdade, se a mesma for oposta e o querelante gozar de foro privilegiado, a exceção da verdade será da competência do foro especial;
- II) em hipótese de *aberratio ictus* e *aberratio delicti*, a competência será fixada pelo critério da continência;
- III) quando for incerto o limite territorial entre Comarcas, a competência será definida pela prevenção;
- IV) no âmbito da ação penal privada, o querelante poderá preferir propor a ação no foro do domicílio ou da residência do réu, ainda que conhecido o lugar da infração.

- a) C, C, C, E.
- b) C, E, C, E.
- c) C, C, E, C.
- d) E, E, E, C.

e) C, C, C, C.

97 – Somente será decretada em face de representação do Ministério Público ou da Autoridade Policial a prisão:

- a) preventiva;
- b) em flagrante;
- c) disciplinar;
- d) temporária;
- e) administrativa.

98 – Da decisão que anular o processo, no todo ou em parte, caberá interposição de:

- a) carta testemunhável.
- b) apelação.
- c) recurso em sentido estrito.
- d) revisão criminal.
- e) *habeas corpus*.

99 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) é cabível *Habeas Corpus* contra ato de particular;
- II) em face da decisão que concede *Habeas Corpus*, caberá recurso em sentido estrito, bem como reexame necessário;
- III) é admissível o manejo do *Habeas Corpus* contra decisão que recebe denúncia desprovida de suporte probatório mínimo;
- IV) não é cabível *Habeas Corpus* perante a Justiça do Trabalho.

- a) C, C, C, E.
- b) E, C, C, E.
- c) E, C, E, C.
- d) C, E, E, E.
- e) C, C, E, E.

100 – Considere as assertivas abaixo, assinalando, como resposta, a alternativa que englobar a seqüência correta, compreendendo C (certo) e E (errado):

- I) faz coisa julgada perante o Juízo Cível a sentença penal que reconhece ter sido o fato delituoso cometido em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito;
- II) quando o titular do direito à reparação do dano for pobre, a ação civil será, a seu requerimento, promovida pelo Ministério Público;
- III) a sentença penal que declara a extinção da punibilidade impede a propositura da ação de reparação perante o Juízo Cível;
- IV) a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime não impede a propositura da ação civil.

- a) C, C, C, C.
- b) E, C, E, E.
- c) E, E, E, C.
- d) C, C, E, C.
- e) C, C, E, E.